

## “A tortura de Estela contada por Dilma”: uma Análise Crítica do Discurso de rememoração da ditadura militar no jornal “Estado de Minas”<sup>1</sup>

Daniella LISIEUX de Oliveira Navarro<sup>2</sup>  
Rafaella Prata RABELLO<sup>3</sup>  
Christina Ferraz MUSSE<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

### Resumo

Durante mais de vinte anos o Brasil foi marcado pela ditadura militar que restringiu de forma indiscriminada os direitos políticos e individuais da população. Em junho de 2012 o jornal “Estado de Minas” publicou uma série de reportagens que revelaram a ocorrência de torturas em Juiz de Fora - MG. Este artigo analisa como foi construído o discurso de rememoração da ditadura em Juiz de Fora por meio da Análise Crítica do Discurso de Fairclough. As manchetes da série “A tortura de Estela contada por Dilma” foram analisadas e demonstraram que houve ênfase no tema devido ao cargo ocupado pela depoente Dilma Rousseff. Além disso, o discurso jornalístico foi feito de forma a aproximar a personagem tema das reportagens dos leitores.

**Palavras-chave:** Comunicação; ditadura militar; jornalismo impresso; memória, Análise Crítica do Discurso.

### 1 APRESENTAÇÃO

Há quase cinquenta anos, em abril de 1964, o Brasil iniciava um capítulo de sua história que muitos gostariam de apagar: a Ditadura Militar. Um golpe promovido com apoio de grande parte da sociedade civil, com discurso de que seria uma transição e até mesmo um “governo temporário”, levou a uma liderança que durou mais de vinte anos e garantiu uma marcante cicatriz na memória de muitos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no JP Jornalismo Impresso do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda da linha "Comunicação e Identidades" do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Marketing e Negócios e jornalista pela mesma instituição. Assessora de Comunicação da Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFJF. E-mail: [daniella.lisi@yahoo.com.br](mailto:daniella.lisi@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Mestranda da linha "Comunicação e Identidades" do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG, Brasil. Jornalista pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e graduada em Letras pela UFJF. E-mail: [rafaella\\_prata@hotmail.com](mailto:rafaella_prata@hotmail.com).

<sup>4</sup> Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora da UFJF no curso de Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Secretária de Comunicação da UFJF. E-mail: [musse@terra.com.br](mailto:musse@terra.com.br).

Durante a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), que entre outras coisas, norteou como seria executada a verificação de jornais, revistas, livros, discos e filmes antes de serem publicados, jornalistas que se opuseram aos abusos foram presos, torturados e mortos. Outros optaram por trabalhar de forma mais branda e conseguiram, na medida do possível, levar alguma informação à população da época.

Passadas quase três décadas da transição para a democracia, depara-se com o seguinte questionamento: Como lugar de manifestações de memória, como o jornal define o que é preciso ser lembrado? Como a rememoração da Ditadura é feita pelos jornalistas de hoje?

Para isso, foram analisadas as manchetes da série de reportagens “A tortura de Estela contada por Dilma” do jornal “Estado de Minas”. Estas reportagens foram publicadas em meio impresso e eletrônico entre os dias 17 e 24 de junho de 2012 e repercutiram tanto na imprensa nacional quanto internacional.

A fim de desenvolver uma análise que relacionasse o contexto social e a forma linguística com base nas funções da linguagem e na sua relação nos mais variados registros e gêneros textuais foi escolhida a vertente da Análise Crítica do Discurso levantada por Norman Fairclough.

Além disso, utilizou-se autores referência em memória que dedicam suas pesquisas a registrar e desvendar o que foi publicado, além de mapear a evolução do jornalismo ao longo dos anos, incluindo o período militar. Entre eles estão Nelson Werneck Sodré e Marialva Barbosa. Além disso, autores como Éclea Bosi, Michael Pollak e Paul Ricoer explicam a importância da preservação da memória e da rememoração de períodos difíceis da história de um povo.

O historiador Elio Gaspari (2002) lembra que o percurso dos regimes militares em todo o mundo é pouco esclarecido para a população porque as Forças Armadas procuram “preservar a própria mística (...) onde, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis” (p.38). O autor também complementa que quando a ditadura no Brasil começou a se retirar “jogou-se fora a demonologia militar e entronizou-se a beatificação das massas. Cada recuo do regime foi entendido como consequência de uma pressão das forças libertárias da sociedade” (p.40,41). Entretanto, ele explica que as mudanças rumo à redemocratização começaram a ocorrer antes que o povo fosse para as ruas, como foi o caso da suspensão da censura à imprensa, que se iniciou cautelosamente em 1974.

Apesar da postura dos militares de tentar encobrir fatos e das políticas promovidas por governos pós-ditatoriais de tentar ocultar horrores do passado recente do país, Christa Berger lembra-nos, respaldada pelos textos de Andreas Huyssen, que políticas de preservação da memória têm se disseminado em países da América Latina onde regimes ditatoriais afligiram a população, como são os casos do Brasil, Argentina e Chile. Para ela estas políticas visam “criar esferas públicas de memória ‘real’ contra as políticas de esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, através de reconciliações nacionais e anistias oficiais” (BERGER, 2005, p.63). No Brasil, pode-se observar a tentativa de preservação da memória da Ditadura por meio da instalação da Comissão da Verdade em maio de 2012.

Embora se fale muito em decadência dos jornais impressos, ainda é nítida e influência que eles exercem sobre os meios virtuais que estão em total ascensão. Por apresentar, muitas vezes, um conteúdo mais analítico e com apuração feita com conteúdos mais apurados, como foi o caso da série em questão, os jornais impressos acabam por pautar o que é dito na imprensa instantânea. Dessa forma, torna-se indispensável o estudo sobre o quê e como este jornal publicou a fim de verificar como ideologias são manifestas por meio da imprensa.

## **2 A Análise Crítica do Discurso e a rememoração**

O termo rememoração, de Paul Ricoeur, consiste em um ato livre e individual de desenvolver uma investigação sobre o passado que, conseqüentemente, através de um uso crítico da memória implica um corte, uma cisão com um modo instituído de se ver a si mesmo, instaurando, ao mesmo tempo, a possibilidade de um olhar diferente, outro, sobre sua própria história. Esse novo olhar sobre o ocorrido pode acontecer também coletivamente. Sobre isso, o mesmo autor afirma que a rememoração “requer condições sociais propícias à sua efetivação, condições cuja criação não se dá sem conflito. Não é por acaso que a memória de eventos históricos traumáticos se torna uma memória impedida” (MARANHÃO, 2010, p.5). Isso explica porque a construção de novos discursos sobre tempos passados torna-se tão debatida, pois há aqueles que desejam que fatos delicados caiam no esquecimento e outros que suscitam a discussão em busca de novas verdades.

Christa Berger discute o papel da imprensa na rememoração de eventos dolorosos. Para ela, é na “cultura de massa que o trabalho de memória acrescenta novas questões e interrogações sobre o passado” (BERGER, 2005, p. 65).

No entanto, essa rememoração nem sempre é fácil ou pactuada por todas as classes. O jornalista Elio Gaspari (2002) lembra que o percurso dos regimes militares em todo o mundo é pouco esclarecido para a população porque as forças armadas procuram “preservar a própria mística (...) onde, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis” (p.38). O autor também complementa que, quando a ditadura no Brasil começou a se retirar “jogou-se fora a demonologia militar e entronizou-se a beatificação das massas. Cada recuo do regime foi entendido como consequência de uma pressão das forças libertárias da sociedade” (p.40,41). Entretanto, ele explica que as mudanças rumo à redemocratização começaram a ocorrer antes que o povo fosse para as ruas, como foi o caso da suspensão da censura à imprensa, que se iniciou cautelosamente em 1974.

Apesar da postura dos militares de tentar encobrir fatos e das políticas promovidas por governos pós-ditatoriais de tentar ocultar horrores do passado recente do país, Christa Berger afirma, respaldada pelos textos de Andreas Huyssen, que políticas de preservação da memória têm se disseminado em países da América Latina onde regimes ditatoriais afligiram a população, como são os casos do Brasil, Argentina e Chile. Para ela estas políticas visam “criar esferas públicas de memória ‘real’ contra as políticas de esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, através de reconciliações nacionais e anistias oficiais” (BERGER, 2005, p.63). No Brasil, pode-se observar a tentativa de preservação da memória da Ditadura por meio da instalação da Comissão da Verdade em maio de 2012.

O conceito de rememoração já explicado caminha intimamente ligado aos conceitos de memória e esquecimento. Este último é muito discutido por Éclea Bosi. A autora afirma que o esquecimento também faz parte da construção da memória uma vez que “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento” (BOSI, 2003, p.21 e 22). Portanto, os membros de uma sociedade podem tomar – e tomam – muitas vezes os discursos dominantes como verdades daquele momento histórico.

Neste trabalho optou-se para interpretar a construção do texto jornalístico pelo viés da teoria Construcionista, explicada por Traquina (2005) como aquela que leva à reflexão a

possibilidade das notícias serem uma construção social da realidade, além de retomar a importância da presença ideológica nos textos jornalísticos.

Dessa forma, como ela trabalha com a manifestação de ideologias e seleção do que deve ser publicado ou não, torna-se indispensável realizar a análise por meio da Análise do Discurso, caracterizada por Eni Orlandi como o campo de estudo que “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 26).

Foucault afirma que tomar a palavra jamais representa um gesto ingênuo, pois este ato sempre está ligado a relações de poder. Ele ainda complementa que a hegemonia é também sustentada pelo discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1999, p. 10).

É importante discriminar o que se entende por “discurso” nas diferentes vertentes da Análise do Discurso.

Pêcheux (1990) relembra os marxistas e define o discurso como uma forma de materialização ideológica. Para ele o sujeito detém ideologias, sem vontade própria, e a língua é vista um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.

Mainueneau afirma que o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito, para ele, é um espaço separado por discursos e a língua um processo semântico e histórico. “[o discurso] é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p.15).

Fairclough (2001) entende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais. Para ele, o sujeito da linguagem, visto a partir de uma perspectiva psicossocial, é propenso tanto ao amoldamento ideológico e linguístico, quanto à ação transformadora de suas próprias práticas discursivas. Dessa forma, ora ele se conforma às formações discursivo-sociais que o compõem, ora resiste a elas, as resignificando-as e reconfigurando-as. Desse modo, a língua, para Fairclough é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela.

Este último autor é adepto da Análise Crítica do Discurso (ACD), teoria que visa disponibilizar instrumentos teóricos para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas

que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Ela tenta revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas o importante papel de interventor social por meio de seu trabalho de análise.

Para a análise das manchetes da série de reportagens que são objeto desta pesquisa, utiliza-se a ACD, pois se acredita que ela é capaz de investigar a fundo o caráter ideológico e as transformações no discurso da mídia na rememoração da Ditadura militar.

Acredita-se que aliar pesquisa da memória e a Análise Crítica do Discurso feito por um jornal contemporâneo faz esta pesquisa capaz de investigar como a imprensa é capaz de criar significados e ascender signos quando rememora fatos pretéritos.

### **3 MANCHETES DE REMEMORAÇÃO**

Fairclough (2001) afirma que o discurso, como prática política e ideológica, estabelece, mantém e transforma as formas de poder, além de constituir, naturalizar e também manter os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Considerando que as reportagens objeto deste estudo tratam-se da presidente do país, a rememoração do passado ativista de Dilma Rousseff pelo discurso da mídia atual interfere diretamente nas práticas políticas e sociais de seu governo.

Para seguir-se para a análise das manchetes se faz necessário observar que Fairclough recomenda a atenção ao ambiente econômico, político, de distribuição e de consumo textual envolvido na prática discursiva. Deve-se estabelecer “conexões explanatórias entre os modos de organização e produção textual, como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo, e natureza da prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p.99). Dessa forma, dar-se-á um breve histórico da produção das reportagens, segundo entrevista feita com a jornalista responsável, Sandra Kiefer.

Em entrevista realizada em junho deste ano com a jornalista autora da série de notícias foi evidenciado que a mesma não possuía objetivos partidários ou eleitorais. O “furo” surgiu a partir da descoberta do depoimento que a presidente havia prestado ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) em 2001, quando Dilma Rousseff ocupava um cargo de confiança junto ao governo do Rio Grande do Sul. Inicialmente, Sandra Kiefer não foi apoiada pelos editores do jornal Estado de Minas a

investir nas reportagens, pois, eles não acreditavam no ineditismo daquele assunto. Após diversas pesquisas, foi constatado que o assunto nunca havia sido levantado por qualquer meio de comunicação e, então, ela foi autorizada a publicar a novidade no prazo de uma semana. Segundo a jornalista, a dimensão do assunto aliada ao curto prazo para escrever fez com que as reportagens entrassem nos jornais de maneira aleatória e intuitiva. Houve colaboração do editor do “caderno de política” do jornal objetivando-se esquematizar a publicação das matérias.

Explicado o contexto da produção das reportagens, prosseguir-se-á para a análise do discurso. Cada data será um subtítulo a fim de auxiliar a compreensão da sequência de reportagens. Primeiramente serão analisadas as manchetes de capa e, posteriormente, o miolo do jornal.

### **3.1 O nome da série de reportagens**

“A tortura de Estela contada por Dilma” foi o título estampado de 17 a 24 de junho de 2012 no jornal Estado de Minas. Inicialmente, observa-se que há uma dicotomia provocada: Estela e Dilma. O jornal apresenta a personagem tema das reportagens como dúvida: a Estela, aquela que foi guerrilheira, ativista política e líder de diversos movimentos antirrepressão da ditadura militar e a Dilma: presidenta eleita, partidária do Partido dos Trabalhadores (PT), mãe e avó.

Além disso, observa-se que quem sofreu as torturas foi Estela devido às suas atitudes e relacionamentos durante a ditadura. Dilma não foi torturada, ela apenas conta o que aconteceu com Estela, como se fosse possível distinguir a memória de uma ex-prisioneira da mulher que ascendeu social/politicamente e se tornou presidente do país.

#### **3.1 17 junho de 2012**

Capa: “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim. Dilma Rousseff – 25 de outubro de 2001”.

“Dente arrancado com um soco”

“Pau de arara e palmatória”

Optou-se pelo afastamento do jornalista ao se fazer as manchetes ao utilizar-se frases do próprio depoimento da presidente nas manchetes. A violência foi o foco principal.

## Miolo

- “A tortura de Estela contada por Dilma” – “Em outubro de 2001, a mulher que usava codinome e que seria lançada nove anos mais tarde ao posto de presidente do Brasil revelou em depoimento, até agora inédito, o sofrimento vivido nos porões da ditadura em Minas”.
- “Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu” – “Agressões sofridas por Dilma eram acompanhadas de ameaças de dano físico deformador”.
- “Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia” – Tortura psicológica, Sequelas, Sozinha na cela, Visita da mãe, Cena da bomba, Frio de cão, Motivos, Morte e solidão, Marcas da tortura.
- “Processo correu à revelia” – “Num primeiro momento, Dilma se recusou a entrar com pedido de reparação. Só depois com a insistência do grupo Tortura Nunca Mais, ela decidiu falar”.
- “Nem os amigos sabiam” – “Guilherme Vasconcelos foi transferido junto com Dilma para Juiz de Fora em 1972. Não soube da tortura, mas enfatiza a grandeza da presidente mesmo nos momentos sofridos”.

Inicialmente foi dado destaque à violência executada pelos militares em Minas Gerais, em seguida, iniciou-se um discurso que enobrecia o caráter e companheirismo da personagem. O termo “porões” é recorrente nas manchetes desta série. Porão, pelo dicionário Silveira Bueno é definido como “s.m. Parte interior e inferior do navio, parte da habitação correspondente ao subsolo”. A prisioneira não relatou estar em nenhum navio muito menos em subsolos de prédios. Conclui-se que a utilização deste termo objetivou criar o imaginário de local escuro, úmido e até mesmo frio, o que é uma característica comum em subsolos; passar ao leitor a impressão de local de difícil sobrevivência.

### **3.2 18 de junho de 2012**

Capa: “Por que Dilma foi torturada de novo”

Nesta capa, o texto tanto supõe que o leitor compartilhe de um repertório sobre o assunto e saiba que Dilma foi torturada em São Paulo e Rio de Janeiro, quanto gera a curiosidade daqueles que não têm este repertório. Gerar a dúvida: De novo? Por quê? Pode ter sido o objetivo comercial do veículo.

Miolo

- “Bilhetes foram a causa do horror” – “Vinte e duas mensagens endereçadas a militantes políticos levaram Dilma de volta às sessões de pau de arara, desta vez, em Minas.”
- Mantinha contato apenas com meus torturadores” – “Durante quase uma mês Dilma ficou sozinha na cela em Juiz de Fora, submetida a sessões de interrogatórios e a todo tipo de tortura. Nem sob forte violência entregou colegas.”

Nesta data houve um aprofundamento no objetivo principal da série: aconteceram torturas em Juiz de Fora, Minas Gerais, durante o governo militar. As manchetes falam claramente do assunto sem uso de metáforas ou eufemismos. Novamente as qualidades de Dilma Rousseff são levantadas.

### **3.3 19 de junho de 2012**

Capa: “Enfim, a busca da verdade”.

A capa demonstra os efeitos das reportagens na atualidade. O veículo leva ao seu público a mensagem de que suas reportagens surtiram efeito na sociedade, algo como “nós revelamos uma verdade e agora a sociedade está em busca das outras verdades perdidas”. A imprensa aparece como fator de mudança no panorama político-social do país.

Miolo

- “Comissão da Verdade na trilha de Dilma em Minas” – “Historiadores são convocados para analisar depoimentos da presidente sobre o período em que foi torturada nas prisões do estado, publicados pelo Estado de Minas com exclusividade”.
- “Os sotaques da tortura” – “Dilma Rousseff explica no depoimento ao Conselho de Direitos Humanos em 2001 como variavam as formas de castigo nos porões de Minas, São Paulo e Rio, onde ela ficou presa”.
- “Quando Dilma era só mais uma vítima”.
- “Surpresa até para companheiro de luta” – “Apesar de incentivar Dilma a dar seu testemunho sobre os anos na prisão, Nilmário Miranda afirma que desconhecia o depoimento dela.”.
- “General nega tortura em Juiz de Fora” – “Nunca vi ninguém tomar nem um tapa na cara. Não houve essa história de tortura lá. Eu garanto”.

Primeiramente o jornal expõe os efeitos do seu trabalho e seus reflexos em uma comissão de caráter nacional. Em seguida, por “sotaques” traz ao leitor a informação de que

a tortura era executada de diferentes formas por pessoas de diversos estados brasileiros. “Quando Dilma era só mais uma vítima” reflete como o anonimato parcial de Dilma em 2001 favoreceu a coleta do depoimento, fato que provavelmente não ocorreria após as eleições de 2010 e “Surpresa até para companheiro de luta” tanto enaltece o ineditismo das informações publicadas pelo veículo, quanto ressalta o silêncio de Dilma a respeito de seu passado como ativista política. Já a última manchete do dia, expressa nitidamente a execução do “direito de resposta” tão aconselhado pelos jornalistas. Trata-se de uma nota curta e com um depoimento totalmente oposto a tudo que foi publicado pelo jornal. A transcrição da expressão “Eu garanto” reflete como o jornal tentou se isentar do discurso proferido pelo general.

### **3.4 20 de junho de 2012**

Capa: “Medeiros um nome, um mistério”.

Em tom romanesco, o jornal anuncia que a identidade do torturador de Dilma em Juiz de Fora é desconhecida.

Miolo

- “Um rosto sem nome” – “Identidade do torturador mineiro que levou a ex - militante Dilma a vivenciar cenas de verdadeiro terror nos porões do estado ainda é mistério”.
- “O endereço do horror”.
- “Advogados confirmam tortura em Juiz de Fora” – “Fahid Tahan e Carlos Cateb, membros da Comissão da Verdade da OAB-MG, relatam que militantes de esquerda, como Dilma, sofreram castigos nos porões da cidade durante a ditadura militar”.

Duas problemáticas são levantadas: “quem torturou?” e “onde torturou?”. Os termos “terror” e “horror” são utilizados para enfatizar os danos causados pelo ato da tortura. Em seguida, mostra-se a função da rememoração do passado na imprensa: o estimula à manifestação de memórias ocultas. Pessoas que leram o jornal se encorajaram a contar fatos do passado que nunca haviam contado antes.

### **3.5 21 de junho de 2012**

Capa: “Tempo de horrores”

Ficou nítido, ao longo da série de reportagens que quando se utilizam os termos “horror” e “terror” é porque adentrarão o assunto tortura. Já “tempo” pode ser entendido como interstício temporal, ou seja, “período de tempo onde se executaram torturas”.

Miolo

- “Relatos de horror escondidos no anonimato” – “Ao lado da ex- militante Dilma estão guardados quase mil processos em que companheiros de luta contam com detalhes técnicas de tortura adotadas pelos seus algozes”.
- “Câmara entra na investigação” – “Comissões de Direitos Humanos e da Verdade vão analisar depoimento da presidente publicado pelo *EM*. Especialistas esperam que divulgação estimulem outras pessoas a darem testemunho”.

Esta data focou-se em fazer a ressalva de que a presidente não foi a única a prestar depoimentos e avaliar a repercussão social da série de reportagens. Em “Especialistas esperam...” demonstra como as publicações deste jornal foram importantes para a reescrita da história oficial do país.

### **3.6 22 de junho de 2013**

Capa: “Ideologia desarmada”

Com esta frase, a autora desmistifica o perfil de guerrilheira de luta armada muito divulgado sobre Dilma Rousseff, o que corrobora a construção de um perfil positivo da personagem tema da série de reportagens. A frase pode ser relida como “Dilma defendeu sua ideologia, contribuiu para o fim da ditadura, mas não utilizou armas”.

Miolo

- “Inquérito detalha ação em Minas” – “Para órgão da repressão, Dilma coordenava doutrina ideológica em escolas, mas não integrava o grupo que assaltava bancos”.
- “O dia em que a Turma da Dilma caiu” – “Companheiros de militância da presidente foram surpreendidos pelos militares quando o aparelho no Bairro São Geraldo, em BH, foi estourado, marcando o início do fim do Colina”.

Reforça-se, por meio de textos presentes em documentos da época, que Dilma não pertencia à luta armada, tão criticada por algumas alas da sociedade brasileira, por ter assaltado a bancos e sequestrado personalidades. Em seguida, expõe os grupos de guerrilha aos quais a presidente se integrou: “a Turma da Dilma”. Por “aparelho”, termo muito

utilizado durante o regime militar, entende-se sede, local de encontro e execução de planos antirrepressão.

### **3.7 23 de junho de 2012**

Capa: “Não tenho qualquer sentimento. Nem ódio, nem vingança. Tampouco perdão – Dilma Rousseff – 22 de junho de 2012”.

Até agora as manchetes haviam utilizado apenas frases presentes no depoimento de Dilma. Neste momento, o jornal tanto expõe que suas reportagens chegaram às mãos da presidente e foram comentadas por ela, quanto, mais uma vez, demonstra a nobreza de seu caráter e ações, afinal, não odiar seus torturadores é uma atitude não muito comum a pessoas comuns.

#### Miolo

- “Dilma pede fim dos depoimentos difíceis” – “Presidente comenta reportagens sobre a tortura a que foi submetida durante a ditadura e afirma que todos têm o compromisso de “não deixar jamais isso acontecer””.
- “ONU denunciou repressão” – “Entre os nomes listados pelas Nações Unidas em 1974 como vítimas da ditadura constava o de Dilma Rousseff”. O então general Otávio Medeiros era citado como um dos torturadores
- “Medeiros, um nome ligado à tortura”.

Continuando os comentários da presidente sobre as reportagens, o jornal mostra a importância daquilo que revelou. Com “pede fim dos depoimentos difíceis”, ele responde ao questionamento que grande parte da imprensa fez quando as novidades foram publicadas: “Ela vai prestar novo depoimento à Comissão Nacional da Verdade, órgão instituído por ela mesma?”. Resposta: Não, não vai. Ela pediu fim aos depoimentos difíceis. Além disso, mostra para toda a imprensa que o “furo” já foi publicado e que outras novidades sobre o passado ativista da presidente dificilmente serão encontrados. Em seguida, o veículo exalta seu papel como modificador da realidade por meio de fala da presidente: “todos têm o compromisso de “não deixar jamais isso acontecer””. Portanto, foi muito importante o Estado de Minas levar estas informações à população para que a realidade retratada por ele não mais aconteça.

Prosseguindo, o jornal mostra como órgãos internacionais estava cientes do que acontecia no Brasil e que o nome Dilma Rousseff já era citado internacionalmente entre as vítimas de tortura. Esta manchete aparentemente objetiva confirmar a veracidade dos fatos

apresentados pelo jornal. Por fim, lembra que o nome “Medeiros” aparece em diversos momentos nos relatos sobre torturas, mas não é possível afirmar que o “nome” seja relacionado à mesma pessoa.

### **3.8 24 de junho de 2012**

Capa: “Quando Dilma chorou”

A série de encerra com caráter dramático e que novamente desmistifica a imagem da presidente. Vista e julgada pela imprensa como “durona”, Dilma é retratada na manchete como uma mulher comum que chorou ao se deparar com seu passado doloroso.

Miolo

- “Dor da lembrança” – “Relato de integrantes da comissão mineira que ouviram o depoimento da ex- militante em 2001 ilustra a emoção que tomou conta da presidente ao lembrar o sofrimento vivido no cárcere”.
- “Nada foi como antes” – “Da sua juventude em Minas, a presidente Dilma Rousseff tem muito mais que a militância para guardar na memória. Os amigos, as festas e a escola são também parte daqueles tempos”.
- “A luta valeu a pena” – “Um dos responsáveis por resguardar os depoimentos das vítimas da ditadura em Minas, José Francisco da Silva, defende vigilância permanente contra todas formas de tortura no país”.

Na primeira manchete é retomado o discurso sobre a fragilidade de Dilma Rousseff. Já a segunda manchete, é lembrada a música dos mineiros Milton Nascimento e Ronaldo Bastos “Nada será como antes”, feita durante a ditadura militar. O título serve para introduzir o assunto sobre as amizades compartilhadas em Belo Horizonte e a ligação de Dilma aos artistas da época. Na troca do verbo “será” por “foi”, traz-se a ideia de que houve um passado glorioso, mas que foi interrompido por um período tão difícil que impediu sua continuidade. Em “A luta valeu a pena” é encerrado o assunto em tom de balanço geral. Novamente é lembrada a importância de se retomar o passado para afastar governos ditatoriais do presente.

## **4 CONCLUSÕES PRELIMINARES**

Por meio deste artigo foi possível avaliara importância da rememoração da ditadura militar pela imprensa. Ela promove tanto discussões quando medidas sócio-políticas que

podem trazer alterações políticas efetivas para a sociedade, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade.

A Análise Crítica do Discurso do Estado de Minas demonstrou que, apesar de aparentemente não possuir nenhum vínculo político, as reportagens exaltaram as qualidades de caráter da presidente Dilma Rousseff e tentaram promover um afastamento entre o passado militante da presidente e seu presente político.

Impossível seria esgotar o assunto com este artigo, pois é extenso e digno de maior debate. Ele será prosseguido por meio das pesquisas para conclusão de dissertação de mestrado em comunicação por esta autora.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERGER, Christa. **Proliferação da Memória** - a questão do revivamento do passado na imprensa - *in* BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (organizadores). **Comunicação, acontecimento e memória** – São Paulo: Intercom, 2005.

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CPDOC, **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>> Acesso em 01 ago. 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. 1999. São Paulo, Martins Fontes.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MARANHÃO, Bernardo Costa Couto. **Luto, rememoração e justiça em Paul Ricoeur**. Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valdeci Araujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. Disponível em <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2010/paper/download/230/30>. Acesso em 07/10/2012.

MELO, Iran Ferreira. **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009. Disponível em <[www.letramagna.com/adeacd.pdf](http://www.letramagna.com/adeacd.pdf)> Acesso em 03 ago. 2013.

MACHADO, Márcia Benetti. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, 1-11 janeiro/junho 2006. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/4251/4475>> Acesso em 05 out. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas. SP: Pontes Editores, 6ª Edição, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. 1990.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Traduzido por Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)> Acesso em 18 jul. 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008 (tradução: Alain François *et al.*).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. V.1. Florianópolis: Insular. 2005.